

2009/12/06

QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

Durante algum tempo a NATO hesitou sobre a oportunidade de revisão do conceito estratégico. Receava-se que o processo precipitasse uma discussão que iria alargar e aprofundar as diferenças de visão existentes sobre a forma como deve evoluir a Aliança.



O acordo para avançar acabou por se alcançado na Cimeira dos Sessenta Anos, em Abril passado, com a aprovação da orientação a seguir[2] e o estabelecimento de um calendário que fixa a conclusão da tarefa no final de 2010, por ocasião de uma nova Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, a realizar em Portugal.

O processo de revisão encontra-se presentemente em fase de reflexão e discussão pública[3] que deve durar até ao final do ano. Nessa altura, Madeleine Albright, como presidente do “grupo de sábios”[4] a quem compete propor as bases da revisão do conceito, apresentará as conclusões iniciais do grupo na reunião de ministros de Negócios Estrangeiros em Dezembro deste ano[5].

Para Portugal, que sempre viu na NATO um «eixo estruturante do seu sistema de defesa e um instrumento privilegiado da preservação do vínculo transatlântico»[6], a orientação que o novo conceito estratégico definir tem o maior relevo. Seria, portanto, desejável que o assunto seja debatido em todas as instituições com vocação para essa tarefa para que, na altura própria, o Governo possa utilizar o trabalho desenvolvido, na defesa da linha que mais interesse a Portugal.

Este artigo procura inserir-se nesta ideia e no espírito de discussão aberta e de participação alargada que o secretário geral da NATO se tem esforçado por promover para esta fase de reflexão.

O que está em causa

Não será fácil o processo que a NATO tem pela frente. Não obstante o acordo para encetar a tarefa de rever o conceito, continua a não haver respostas consensuais para algumas questões de base que o documento deve clarificar, nomeadamente as grandes linhas de orientação futura.

Não faltam exemplos práticos de um passado recente a mostrar essas dificuldades. Encontramo-las nas razões de fundo que inviabilizaram a participação da NATO na intervenção no Afeganistão, em 2001, não obstante a oferta europeia de invocação do artigo 5º, (por recusa dos EUA) e a intervenção no Iraque (por recusa europeia); na falta de vontade em atribuir os recursos necessários à campanha em curso no Afeganistão (por diversos tipos de reticências europeias); nas circunstâncias que não têm permitido assentar o relacionamento NATO/UE num contexto estratégico de cooperação mútua que permita aproveitar o potencial existente em ambas as organizações (por razões políticas que têm impedido o diálogo); finalmente, nas diferenças de visão sobre os objectivos que a Aliança deve prosseguir e sobre a forma de lidar com as ameaças e riscos, quer na necessidade de intervir militarmente, quer na forma de o fazer.

É neste contexto complexo que o novo conceito estratégico deve oferecer orientação estratégica sobre o caminho a seguir, actualizando, em função da experiência entretanto vivida, a visão operacional do Tratado do Atlântico que o conceito aprovado em 1999, na Cimeira dos Cinquenta Anos, consagrou.

Uma organização em mudança

A NATO sempre se mostrou ciente do princípio universal de que, quando ocorrem mudanças, as organizações ou se adaptam ou arriscam-se a “morrer”. De facto, ninguém se pode queixar de a NATO ser uma organização estática e resistente à mudança: não só venceu o debate sobre a sua justificação no novo contexto de segurança pós Guerra Fria, como reemergiu com a ambição de se manter como a única organização capaz de dar resposta aos novos desafios à paz e estabilidade.

Tal como existe hoje, a NATO está irreconhecível, quer na sua composição - quase 40% dos seus membros são antigos países do Bloco Soviético -, quer na postura e envolvimento operacional.

Não obstante esta transformação, ainda restam, para discussão na elaboração do novo conceito,

diversos temas que não foram objecto de adaptação ao novo contexto de segurança. Por exemplo: as questões do processo de decisão por consenso, da repartição de custos e financiamento das operações, da constituição das capacidades que as operações de estabilização exigem, da necessidade de reinterpretação do artigo 5º, etc.

O que mais tem mudado é a própria natureza da Aliança e a definição dos seus objectivos, um aspecto absolutamente central de que depende tudo o mais. É a este tema que pretendo referir-me.

Curiosamente este é também um assunto que se mantém em aberto; continua a procurar-se o mais adequado equilíbrio entre o modelo de aliança tradicional, fornecedora de segurança colectiva aos países membros - que em termos formais continua a ser a sua missão central - e o novo papel para que tem vindo a ser encaminhada progressivamente, como centro de uma rede de relações de segurança para lidar com os grandes problemas globais, a tendência que tem dominado as duas últimas décadas.

Três etapas principais identificam, em termos formais, os passos mais relevantes desse processo de transformação: as aprovações dos conceitos estratégicos de 1991 e de 1999 e a adopção da Comprehensive Political Guidance de 2006[7]. Todos eles foram fazendo evoluir a “aliança defensiva” da Guerra Fria para uma aliança sobretudo empenhada em intervenções no exterior na prevenção e resolução de conflitos (que alguns gostam de designar por “aliança expedicionária”). A declaração aprovada em Strasbourg, embora destinada principalmente a lançar a revisão do conceito, não deixa em qualquer caso de reforçar a orientação de que vimos falando.[8]

Uma “NATO global” ou uma NATO para enfrentar desafios globais?

O sentido da transformação empreendida, tal como atrás descrito, tem sido consensual; não foi difícil reconhecer que a NATO, para se manter útil à protecção dos interesses aliados no actual contexto de segurança, precisa de ter capacidade de intervir onde quer que esteja a origem, directa ou indirecta, das respectivas ameaças ou riscos.

Porém, existe uma outra visão que defende a continuação desta evolução para uma organização mais política, aberta a formas de colaboração formais com parceiros (países e instituições) não europeus, portanto, sem as restrições geográficas em que se baseou a sua formação inicial e o alargamento subsequente. É o que designarei por “visão globalizante”, uma concepção que encara a NATO como uma organização vocacionada para a gestão global de crises e a prevenção e resolução de conflitos, independentemente da sua potencialidade de afectar os interesses dos países membros, que constituem o seu núcleo central e razão de ser.

Esta concepção tem sido promovida principalmente pelos EUA, mas é favorecida pelo Reino Unido, Países Baixos e Dinamarca, sob a ideia de que a NATO deve sobretudo preocupar-se com as ameaças globais.[9] É uma orientação que vem desde a administração Clinton mas a que o Presidente Obama deu um sinal inequívoco de reforço ao nomear embaixador junto da NATO Kurt Volker, conhecido pelas suas posições de defesa de uma “NATO global”.[10]

Esta ideia, no entanto, colide directamente com a corrente de opinião mais tradicional que defende uma NATO centrada na área euro-atlântica, nas crises e conflitos que possam ocorrer na vizinhança próxima, para actuar apenas quando a segurança dos seus membros estiver em causa. Nesta linha estão os que pretendem o regresso à dimensão essencialmente atlântica ou, como alguns preferem dizer,[11] “um regresso às origens” sem o espectro da Guerra Fria; são os que recusam o seu envolvimento em actividades dispersas e áreas distantes, sem relação clara com a segurança europeia, e que receiam que a inclusão de novos objectivos nos propósitos da Aliança possa minar a coesão interna, dado o grau de dificuldade acrescida que daí resultará na obtenção de consensos.[12]

Esta visão mais “moderada” sobre a forma de a NATO evoluir (“NATO expedicionária” sim, “global” não) tem ganho raízes na Noruega e antigos países do bloco soviéticos, alimentada ultimamente pela postura mais assertiva da Rússia nos seus esforços actuais de preservar o que lhe resta da sua tradicional área de influência e recuperar a perdida, onde possível. Os seus defensores, aparentemente inseguros sobre a prontidão da Aliança para intervir na defesa do seu território, se a necessidade se colocar, pretendem que se retome a prática da elaboração de planos de contingência para essa eventualidade. Também indisponíveis para abandonar a ideia de que a segurança europeia não é possível sem protecção americana, resistem a qualquer indício de desvalorização da importância do compromisso implícito no artigo 5º do Tratado, que nunca tendo estado em causa é, em qualquer caso, olhado com uma relevância menor do que a que tinha na Guerra Fria.[13]

Esta posição dos “moderados” embora se alinhe com os interesses americanos de contenção da

Rússia, não serve as preocupações dos EUA quanto ao possível aparecimento de outro país que possa ocupar um papel semelhante ao que a USSR desempenhou na Guerra Fria, um pensamento que continua a pesar no planeamento estratégico do Pentágono. Ora esse país não será certamente a Rússia, com quem a administração americana se empenha em relançar o relacionamento numa nova base de entendimento; pode, no entanto, um dia, vir a ser a China (“o opositor inevitável”).

Referindo-se aos receios da visão “moderada”, que a administração Obama procura desvalorizar, Kurt Volker resume o ponto de vista americano dizendo que a situação no leste embora importante não é o que deve preocupar primariamente a NATO; quando muito poderá ocupar 40% da atenção e não mais[14].

É verdade que o centro de gravidade económico e político do mundo está em deslocação do Atlântico para o Pacífico e Ásia e que para a manutenção da paz e estabilidade, hoje, é preciso mais do que os dois pilares - americano e europeu – em que assenta a Aliança. Compreende-se, por isso, que os EUA, como a única grande potência, precise de estabelecer novas formas de ligação com as potências asiáticas, na procura de arranjos que apoiem a manutenção da sua presença e influência na zona, mas que outras potências podem desafiar no futuro.

Brzezinski vê a resposta a este tipo de desafios sob a forma de constituição de um rede de organizações regionais de segurança, na qual a NATO ocuparia o núcleo e concretiza a sua ideia com a recomendação de estabelecimento de acordos de colaboração da NATO com a Shanghai Cooperation Organization (no relacionamento com a China) e a Collective Security Treaty Organization (com a Rússia), por exemplo. Uma vez que nenhuma instituição, nem nenhum país - inclusive os EUA, mesmo sendo a única superpotência e a nação indispensável -, conseguirão hoje sozinhos gerir o mundo, esta via permite, ainda assim, que os EUA (e com eles os europeus) mantenham um papel central na manutenção da estabilidade e paz mundial.[15]

Curiosamente, Brzezinski não considera que este caminho corresponda à evolução da NATO para uma “aliança global” que diz não subscrever por entender que implica riscos de diluir a identidade especial do vínculo transatlântico e o aspecto fulcral que o relacionamento EUA/Europa ocupa no seu funcionamento. Aliás, expressa concordância com a posição de Merkel que embora aceitando uma NATO capaz de produzir segurança fora da sua área recusa a ideia da sua abertura a novos membros em todo o mundo.

Charles A. Kupchan[16] defende uma posição cautelosa («realista e sóbria») sobre a continuação da evolução da NATO para uma organização multi-propósito, com alcance global, apontando as limitações da intervenção no Afeganistão como um bom exemplo das dificuldades que a NATO enfrentará se decidir seguir por esse caminho.[17] Na sua perspectiva, a procura da “globalização” acarretará compromissos difíceis de sustentar e introduzirá elementos incontornáveis de divisões interna. No entanto, reconhecendo que a maioria dos desafios que enfrentamos estão fora da área euro-atlântica, defende o envolvimento da NATO com organizações regionais que possam fazer pelas suas regiões o que a NATO fez pela Europa (uma nuance em relação à linha de Brzezinski). “Núcleo reduzido, parcerias alargadas” é a solução também defendida por António José Telo.[18]

Estas duas posições, a de Brzezinski e a de Kupchan, introduzem variantes no conceito de “NATO global” que poderão aliviar a resistência dos chamados “moderados”. Têm ambas, no entanto, uma dificuldade; a sua concretização depende de outros, isto é, não está apenas nas mãos da NATO. Entre esses outros, os mais relevantes, Rússia e China, dificilmente aderirão à ideia, especialmente a China com a sua tradicional aversão a blocos militares e interferências externas.

Em que direcção, entre as duas principais visões estratégicas acima referidas e sob que tipo de enquadramento, deve a NATO continuar o seu caminho é um tópico central de discussão que a revisão do conceito não poderá deixar de tratar. Se para alguns o processo de caminhada na linha da “visão globalizante” não está terminado, para outros avançou-se mais do que seria desejável, estando em risco o desaparecimento dos últimos vestígios da sua caracterização como aliança militar de defesa colectiva.

O que interessa a Portugal defender? Em termos de composição é certamente a visão dos “moderados”, que prefere a Aliança restrita à dimensão regional, como a que terá melhores condições de conservar a coesão interna. Quanto a áreas prioritárias de intervenção, as vozes que se têm feito ouvir referem sobretudo o Mediterrâneo e o Atlântico Sul. O Mediterrâneo é consensual e já objecto de várias iniciativas da NATO; o Atlântico Sul é uma ideia recuperada de anterior tentativa portuguesa de colocação desse espaço na área de interesse estratégico da NATO mas que não ganhou dinâmica. Como jogará esta preferência no conjunto variado de estratégias próprias postas de novo em jogo pela oportunidade de revisão do conceito? Se o pretender, Portugal terá ocasião de testar a receptividade que este assunto merecerá, no âmbito das consultas que se iniciarão

brevemente; talvez haja um novo interesse por esta ideia agora que o processo de globalização está a empurrar a distribuição de poderes também para o Sul e vão surgindo outros sinais de interesse em dar importância à área, nomeadamente a inesperada iniciativa de sinal contrário para a criação de uma “NATO” do Sul, que surgiu na II Cimeira entre a América do Sul e África.[19]

Que compromisso?

A partir do momento em que a NATO decidiu estabelecer uma forma de relacionamento especial com os países do chamado “Grupo de Contacto” - Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul e Japão - ficou claro que existe uma preferência pelo caminho da “globalização”. No entanto, o modelo final a que esse percurso conduzirá é um ponto em aberto que será provavelmente gerido em função da maior ou menor resistência que a chamada “visão moderada” oferecer.

Não é de esperar, em qualquer caso, que o desfecho final das discussões que se iniciarão após o actual período de reflexão, no início do ano, difira substancialmente do que se encontra previsto no conceito estratégico de 1999 e na Comprehensive Political Guidance de 2006. Por outras palavras, a porta da continuação da transformação da Aliança vai manter-se aberta mas sem definir os seus exactos contornos, sobre os quais, aliás, também não há ideias firmes e claras.

Madeleine Albright já deu a deixa para esse desfecho quando, logo na abertura dos trabalhos, perspectivou a revisão do conceito mais numa linha de ajustamento do que de reinvenção («the new concept should be less a reinvention than a refinement»).

O futuro

A ser assim - e tudo indica que será - por algum tempo mais, o caminho a seguir continuará sob discussão, na procura de um encontro de posições ou de um compromisso. Três aspectos principais condicionarão a evolução do processo.

Primeiro, a manutenção do Tratado do Atlântico Norte como quadro de referência, que não está sob discussão, talvez não dê a margem de manobra que seria necessária para concretizar a “visão globalizante”. Aliás, esta via contrária, senão impede, a continuação da caracterização da NATO como aliança militar de defesa colectiva.

Segundo, o interesse comum na preservação do insubstituível potencial que a NATO continua a representar como instrumento essencial para agregar os esforços políticos, diplomáticos e militares - americanos e europeus - na defesa da paz e da segurança no mundo vai pesar positivamente na procura de um consenso ou, pelo menos, ajudar a evitar qualquer rotura.

Terceiro, não obstante o referido anteriormente, é pouco provável que os EUA se conformem em restringir o emprego do enorme potencial político, diplomático, económico e militar da NATO[20] a uma zona que desfruta de uma situação de paz e estabilidade. Vai-se manter a pressão da concepção globalizante, sendo a sua concretização, na minha perspectiva, apenas uma questão de tempo.

O que resultará da interacção entre estas três condicionantes ficará em grande parte dependente de aspectos práticos, nomeadamente da Europa continuar ou não a resistir a dotar-se de um instrumento militar útil, capaz de ser utilizado no exterior (deployable and sustainable).

Se os apoios de que os EUA necessitam, perante a diversificação e crescimento dos desafios que têm pela frente, todos fora da Europa, não estiverem disponíveis no Velho Continente então terão que ser procurados noutras regiões, eventualmente com coligações de ocasião em vez da coligação permanente. Nestas condições, que levarão a um crescente desinteresse americano pela Aliança, a manutenção da NATO como aliança militar de defesa colectiva, exclusivamente virada para a segurança de uma zona que já tem segurança, esfumar-se-á lenta mas inexoravelmente em favor de algo diferente que então pouco respeitará directamente aos europeus.

Poderá pensar-se que o desafio que os europeus têm pela frente, nestas circunstâncias, é de escolherem entre evitar o desfecho anterior ou ficarem confrontados com a necessidade de encontrar uma resposta interna para o vazio na defesa da integridade territorial da Europa que essa situação criará, por falta de uma organização que a assuma. Mesmo que a possibilidade de ameaças nesse campo continue a ser remota, para os europeus será difícil voltar atrás depois de se terem habituado a viver num sistema de defesa colectiva.

O desafio, no entanto, não é de escolha. É de conseguir harmonizar os caminhos da NATO e da componente de defesa da União Europeia de uma forma que garanta a conservação de um saudável relacionamento transatlântico, isto é, útil para ambas as partes. [21]

Refiro-me, por um lado, à evolução da NATO para o papel global que a administração americana pretende e no qual a União Europeia terá sempre um papel essencial. Por outro lado, à evolução da Política Comum de Segurança e Defesa Europeia, tendo em conta que é esta última, pela própria natureza do processo de integração política da União Europeia, que está primariamente destinada - embora não o admitindo formalmente - a organizar as questões de segurança europeia, inclusivamente, num extremo, a sua defesa colectiva[22].

Não sendo já possível dissociar estes dois caminhos, nem quanto à forma como evoluirão nem quanto ao seu destino final, qualquer que seja o tempo que demore a estabilização da situação, não faz sentido discutir o novo conceito estratégico da NATO sem paralelamente ponderar sobre o caminho a seguir na União Europeia.

É o que está implícito na pergunta que faz o título deste artigo. Vai longe o tempo em que se concordou que a Identidade de Segurança e Defesa Europeia seria para construir “dentro” da NATO; principalmente agora que vai haver Tratado de Lisboa.[23]

[1] Texto originalmente publicado no nº 12 da revista Segurança e Defesa.

[2] Declaration on Alliance Security, issued by the Heads of States and Governments in Strasbourg/Khel, 4 April 2009.

[3] A fase de consultas que decorre presentemente e incluirá quatro grandes seminários com temas pré-estabelecidos (Tarefas e funções; cooperação com outros actores internacionais; o contexto de segurança euro-atlântico, alargamento e parcerias, nomeadamente com a Rússia; forças, capacidades e transformação). O primeiro destes seminários realizou-se no Luxemburgo a 16 de Outubro. O segundo foi previsto para 13 de Novembro, na Eslovénia.

[4] O grupo inclui um total de 12 personalidades escolhidas pelo secretário geral de modo a reflectir um alargado leque de sensibilidades provenientes de diferentes sectores, de dentro e de fora da Aliança, com representantes do sector privado, do sector académico e de “think tanks”. A vice-presidência do grupo foi atribuída a Jeroen van der Veer, antigo CEO da Royal Dutch Shell.

[5] Seguir-se á uma fase de consultas até Abril de 2010, altura em que o grupo apresentará ao secretário geral a sua análise e recomendações. Durante esta fase, o grupo visitará as capitais para contactos com os respectivos governos, parlamentos e, eventualmente, para a realização de conferências.

[6] Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Fevereiro de 2003.

[7] A CPG foi a alternativa à elaboração de um novo conceito porque a divisão que existia no seio da Aliança não permitia pensar nos termos abrangentes que um documento estratégico implica.

[8] «We will improve our ability to meet the security challenges we face that impact directly on Alliance territory, emerge at strategic distance or closer to home». «Our security is increasingly tied to that of other regions» (Declaration on Alliance Security, 4 April 2009).

[9] «NATO should keep the eyes on global threats».

[10] «NATO will strengthen cooperation with Asia-Pacific countries such as Australia, Japan and South Korea», (April 2006, as Principal Deputy Assistant Secretary of State for European and Eurasia Affairs).

[11] “Come home, NATO? The Atlantic Alliance’ new Strategic Concept”, by Jens Ringsmos and Sten Rynning, Danish Institute for International Studies.

[12] «There exists a correlation between the permanency of an alliance and the limited character of the interests it serves; for only such a specific, limited interest is likely to last long enough to provide the foundation for a durable alliance» (“Politics among nations, the struggle for Power and Peace, by Hans J. Morgenthau, revised by Kenneth W. Thompson).

[13] “Collective Defense will remain the core purpose of the Alliance”. «Large scale conventional aggression against the Alliance will continue to be highly unlikely» (Comprehensive Political Guidance, 29 November 2006).

[14] «There’s a lot been going on in the east. It is not all about Georgia, although that is a part of it. I hope we do not think this is NATO’s whole agenda. Even as I look it now, I think of it as best maybe 40% of what we need to be thinking about because there are a lot of other things that are more immediate, especially operations Afghanistan and the new kinds of security threats we have to deal

with like terrorism and proliferation and failed states and the consequences of all that» (Kurt Volker, as USA ambassador to NATO, 2009)

[15]«The enlistment of new players will be a protracted process, but it must nonetheless be pursued. There is no other way to shape effective security arrangements for a world in which politically awakened peoples ... can no longer be dominated by a single region».(“An Agenda for NATO”, Zbigniew Brzezinski, Foreign Affairs, September/October 2009).

[16] Professor de Relações Internacionais na Universidade de Georgetown e membro do Council de Foreign Affairs.

[17] Statement by Charles A. Kupchan before the Foreign Relations Committee, United States Senate, 22 October 2009.

[18] “Os caminhos da NATO. O que foi, o que é, o que deve ser”, António José Telo, Revista RI, nº 21, Março 2009.

[19] «The NATO of South». Muammar Gaddafi defendeu a criação de uma aliança militar para o Atlântico Sul, a partir de 2011. A Venezuela, como esperado, deu o seu acordo; o Brasil notou que hoje não há nenhuma ameaça global que não possa ser superada pela África e América do Sul.

[20] «Nato’s real power derives from the fact that it combines the United States’ military capabilities and economic power with Europe’s collective political and economic weight, combination that makes NATO globally significant» (“An Agenda for NATO”, Zbigniew Brzezinski, Foreign Affairs, September/October 2009).

[21]«European’s default conclusion that the US are the ultimate guarantors of our security now seems more a matter of habit, and perhaps even a subconscious choice, than of security», “Towards a post-american Europe: a power audit of EU-US relations”, Jeremy Shapiro and Nick Witney.

[22] «A defesa colectiva da Europa: responsabilidade da NATO ou da UE?», Alexandre Reis Rodrigues, revista “Estratégia”, IEEI; nº24-25, 2º semestre 2007.

[23] «.... and the building of the European Security and Defence Identity (ESDI) within the Alliance», Conceito Estratégico da NATO, aprovado a 23 Abril de 1999.

109 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/06/21

FORÇAS ARMADAS E A SUA RAZÃO DE SER. UM PROCESSO PEDAGÓGICO.

Jorge Sêrro Prazeres

2012/06/14

FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS EM DEBATE. UM PROCESSO PEDAGÓGICO

Jorge Sêrro M. Prazeres[1]

2012/04/20

REFLEXÃO SOBRE O SUCESSO DA INICIATIVA “SMART DEFENCE”

Pedro Santos Jorge[1]

2012/03/28

A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

João Pires Neves[1]

2012/02/08

A DEFESA ECONÓMICA EM PORTUGAL

Nuno Silva Domingos[1]

2012/01/26

THE VIRTUES OF DEBATING DEFENCE POLICY

Tiago Fernandes Mauricio[1]

2011/12/17

O PROCESSO DE PLANEAMENTO DE DEFESA DA OTAN – PONTO DE SITUAÇÃO

Pedro Santos Jorge[1]

2011/11/10

OS COMENTADORES POLÍTICOS E A INSTITUIÇÃO MILITAR

José M. Castanho Paes[1]

2011/11/04

A GRANDE OPORTUNIDADE

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/28

A NOVA ESTRUTURA DA NATO. ALGUÉM GANHOU?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/06

RACIONALIZAR, NÃO É A PALAVRA DE ORDEM?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2011/02/21

MARINHA DE DUPLO USO: UM CONCEITO PÓS-MODERNO DE UTILIZAÇÃO DO PODER MARÍTIMO[1]

Nuno Sardinha Monteiro e António Anjinho Mourinha[2]

2010/11/16

A NATO E PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA

Luís Brás Bernardino[1]

2010/09/15

SUBMARINOS - FACTOS E ARGUMENTOS *

Texto do CDS

2010/07/11

O INSTRUMENTO MILITAR COMO PRODUTOR DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CONTRIBUTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL[1]

Luís Brás Bernardino[2]

2010/07/10

UMA POLÍCIA ÚNICA?[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/06/16

AS “NOVAS” TAREFAS DAS FORÇAS ARMADAS: LIÇÕES DE VINTE ANOS DE MISSÕES EM ZONAS DE CRISE”[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/05/15

FORÇAS ARMADAS - UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/04/28

ENERGIA, UM TEMA CENTRAL DE SEGURANÇA E DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/14

A SOBERANIA DOS ESTADOS E O MAR - A REALIDADE PORTUGUESA[1]

João Pires Neves[2]

2009/12/13

QUE CONTRIBUTOS DE PORTUGAL E DA CPLP PARA A ARQUITECTURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA?

Luís Brás Bernardino[1]

2009/09/28

SEGURANÇA NACIONAL, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E AS FORÇAS ARMADAS[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2009/09/16

AS FORÇAS ARMADAS, O ESTADO E A NAÇÃO

João Brandão Ferreira

2009/05/22

PARLIAMENTARY CONTROL OF ARMED FORCES” IN PORTUGAL[1]

Inês de Carvalho Narciso[2]

2009/04/27

COMBATE AO BIOTERRORISMO. PRIORIDADE NACIONAL?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/01/20

A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA SUPERIOR DA DEFESA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/11/18

CRISE NA INSTITUIÇÃO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/10/31

FORÇA ARMADAS – UMA QUESTÃO DE ESTADO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/26

SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/06/20

UMA REFORMA MAL EXPLICADA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/10

UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/02/13

AS FORÇAS ARMADAS E O NOVO COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/11

REFORMA NECESSÁRIA?

João Ferreira Barbosa

2007/12/10

SEGURANÇA: VISÃO GLOBAL. A PERSPECTIVA DAS INFORMAÇÕES[1]

Jorge Silva Carvalho

2007/11/15

A IMAGEM PÚBLICA DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DAS SUAS MISSÕES

José Castanho Paes

2007/10/04

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR) NAS MISSÕES DE PAZ[1]

Francisco M. Rodrigues[2]

2007/10/03

A INDÚSTRIA DE DEFESA – ENQUADRAMENTO GERAL[1]

José Silva Cordeiro[2]

2007/08/03

O CÓDIGO DO SILÊNCIO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/18

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS

João Pires Neves[1]

2007/06/11

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO. (2ª PARTE) (I-A)

João Pires Neves[1]

2007/06/04

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.

João Pires Neves[1]

2007/05/29

DEVEM OS CHEFES DE ESTADO MAIOR DECLARAR OS RENDIMENTOS?

João Brandão Ferreira

2007/05/28

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)

João Pires Neves[1]

2007/05/20

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A MOTIVAÇÃO (III)

João Pires Neves[1]

2007/05/14

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E OS QUADROS DE PESSOAL (II)

João Pires Neves[1]

2007/05/07

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E AS NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS (I)

João Pires Neves[1]

2007/05/06

A GNR E O MAR TERRITORIAL (VERSÃO INTEGRAL DO ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL PÚBLICO DE 5 MAIO)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/04/30

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (3ª PARTE) (VI-B)

João Pires Neves[1]

2007/04/26

O GRANDE DESAFIO DA DEFESA

Grupo de Trabalho do Instituto Humanismo e Desenvolvimento[1]

2007/04/25

AS FORÇAS ARMADAS E A ECONOMIA

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/20

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (2ª PARTE) (VI-A)

João Pires Neves[1]

2007/04/16

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (1ª PARTE) (VI)

João Pires Neves[1]

2007/04/14

CONHECIMENTO, USO E CONTROLO DO MAR PORTUGUÊS

José Castanho Paes

2007/04/09

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR [V-A]

João Pires Neves[1]

2007/04/05

A ALMA DAS INSTITUIÇÕES

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/02

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR (V)

João Pires Neves[1]

2007/03/26

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS (1997), O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SISTEMA DE FORÇAS (2004) (IV)

Autor: João Pires Neves[1]

2007/03/19

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (2ª PARTE) (III.A)

João Pires Neves[1]

2007/03/12

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (1ª PARTE) (III)

João Pires Neves[1]

2007/03/06

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL, O PLANEAMENTO E AS SENSIBILIDADES (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/27

AS FORÇAS ARMADAS E A ”ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS. A GRANDE REFERÊNCIA. (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/16

AS FORÇAS ARMADAS E O “AMBIENTE NACIONAL” (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/13

A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]

João Vicente[2]

2007/02/12

AS FORÇAS ARMADAS E O AMBIENTE INTERNACIONAL (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/10

O CERCO APERTA-SE

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/02/05

AS FORÇAS ARMADAS – A “FINALIDADE E A MISSÃO”

João Pires Neves[1]

2007/01/29

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS

João Pires Neves[1]

2007/01/09

O NAUFRÁGIO [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2006/12/03

ANTI-MILITARISMO PRIMÁRIO

José Castanho Paes [1]

2006/11/30

O SERVIÇO DE SAÚDE MILITAR NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI EM PORTUGAL

João Brandão Ferreira

2006/10/22

TENDÊNCIAS DAS COMPONENTES TERRESTRES DAS FORÇAS ARMADAS

Miguel Moreira Freire

2006/10/01

O COMANDO OPERACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS E O QUARTEL-GENERAL CONJUNTO. EQUÍVOCOS A DESFAZER.

Alexandre Reis Rodrigues

2006/09/21

BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE

Casimiro Pacheco Talhinhos

2006/09/14

QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Brandão Ferreira

2006/07/07

O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?

João Brandão Ferreira

2006/06/27

ORGULHOSAMENTE SÓS

António Borges de Carvalho

2006/06/08

FORÇAS INTERNACIONAIS EM TIMOR. CADEIA DE COMANDO

Américo Silva Santos

2006/06/07

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO. OUTRA PERSPECTIVA

António Borges de Carvalho

2006/06/06

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO

João Ferreira Barbosa

2006/06/01

REEQUIPAMENTO ADIADO

João Ferreira Barbosa

2006/05/06

O PRACE E A DEFESA NACIONAL

João Ferreira Barbosa

2006/03/27

O COMANDO SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS

António Borges de Carvalho

2006/03/21

O PRIMEIRO TIRO

Romeu Bentes Marcelo

2006/03/04

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/03/03

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (I PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/01/22

EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?

João Nuno Barbosa

2006/01/22

CONVÉM NÃO PERDER CAPACIDADES

João Nuno Barbosa

2005/11/24

PORTUGAL E O MAR. UMA RELAÇÃO DIFÍCIL

João Ferreira Barbosa

2005/11/08

PORTUGAL: OS CONFLITOS MILITARES DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

João Brandão Ferreira

2005/04/23

ALGUMAS PERGUNTAS AO MINISTRO DA DEFESA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/04/22

CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA OU DEFESA TERRITORIAL?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/03/22

SEREIAS NA DEFESA

Américo Silva Santos

2005/03/21

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Eduardo Silvestre dos Santos

2005/03/06

INDEPENDÊNCIA AMEAÇADA?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/02/23

UM NOVO CICLO PARA A DEFESA? [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/01/02

REFLEXÕES PROGRAMÁTICAS PARA A DEFESA[1]

Grupo Trabalho Reflexão e Defesa (IHD)

2004/06/29

ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/05/17

POR UM CONCEITO DIFERENTE DE DEFESA

Rui Arrifano

2004/04/23

OS INVESTIMENTOS NA DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2003/11/18

O COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS E A REVISÃO CONSTITUCIONAL

António Borges de Carvalho

2003/09/30

SEGURANÇA NACIONAL - COMPONENTE MILITAR

Freitas Ribeiro Pacheco

2003/09/29

TELEVISÃO PÚBLICA

Dr. António Borges de Carvalho

2003/06/13

UM NOVO CICLO DE PLANEAMENTO

Alexandre Reis Rodrigues

2002/10/02

DISCUSSÃO PÚBLICA DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/09/16

A PROPÓSITO DA DISCUSSÃO DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/08/21

DEFESA, INTERESSES NACIONAIS E AMEAÇAS

Alexandre Reis Rodrigues

2001/06/20

O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

Alexandre Reis Rodrigues

2001/05/02

A REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS

Alexandre Reis Rodrigues

2000/05/03

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. AS NOVAS MISSÕES DAS FAs

Francisco Proença Garcia